



Experiências Transformadoras

A educação em saúde como estímulo à cidadania: um relato de experiência

*Education in health as a stimulus to the citizenship:
an experience report*

Caio César Lima Silva¹
Lauriana Medeiros Costa Santos¹
Cleide Oliveira Gomes¹

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: O artigo tem como objetivo relatar o processo ensino-aprendizagem vivenciado no projeto de extensão universitária "Saúde com Cidadania: construindo saberes", implementado com base na Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde e nas ideias de Paulo Freire sobre educação. Nos anos de 2011 e 2012, foram desenvolvidas ações em diversos espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: rodas de conversa no ambulatório de um dos hospitais universitários; exposição dialogada em disciplinas e eventos para estudantes da área da saúde; atividades lúdicas para crianças em eventos. O ato de educar ocorreu de forma contextualizada, mútua e contínua, por meio do diálogo, proporcionando o aprofundamento do aprendizado sobre a humanização, a cidadania e a política pública de saúde brasileira. Os estudantes vivenciaram novas experiências, sentimentos e impressões a partir da extensão universitária, os quais foram compartilhados com outros estudantes em disciplinas e eventos, estabelecendo a relação entre ensino e extensão universitária.

Palavras-chave: Direitos do paciente. Educação em saúde. Formação de recursos humanos. Humanização da Assistência.

Abstract: This paper aims to report the teaching-learning process experienced on the university extension project "Health with Citizenship: constructing knowledge", implemented through the Charter of Rights and Duties of Health Users, and the ideas of Paulo Freire about education. In the years, 2011 and 2012, many actions were developed at several areas of the Federal University of Rio Grande do Norte: conversational meetings in the outpatient clinic of one of the University Hospitals; dialogued exposure on subjects and events for students of the health area and recreational activities for children in events. The educating act occurred in a contextual, mutual and continuous manner, through dialogue, and providing a deeper learning about humanization, citizenship and Brazilian public health policy. The students experienced new training practices, feelings and impressions from the university extension, which were shared with other students on subjects and events, establishing the relationship between education and university extension.

Keywords: Patients' rights. Education in health. Human resources training. Assistance humanization.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo relatar o processo ensino-aprendizagem vivenciado na extensão universitária quanto à promoção da cidadania em saúde a partir de ações de educação popular implementadas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O "Saúde com Cidadania: Construindo Saberes" é um projeto de extensão iniciado na Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2011 com uma característica singular de promover uma aproximação, por meio do diálogo, de futuros gestores da saúde com as histórias de vida de cidadãos sobre o seu itinerário de busca pelo atendimento em saúde. Partiu-se do pressuposto de que o diálogo sobre cidadania em saúde entre a população e estudantes do Curso de Gestão Hospitalar exerceria uma dupla função: estimular o controle social e a participação popular, assim como, colaborar para a formação do discente alinhada aos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

As atividades realizadas pelo projeto tiveram como referencial teórico-metodológico o pensamento de Paulo Freire sobre educação popular, de forma a subsidiar o diálogo sobre a "Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde" de forma viva e integrada à realidade da população e à formação acadêmica de gestão em saúde, pois: "em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que poucos sabem, possam igualmente saber mais"^{1:25}. Portanto, a educação popular como prática mútua de construção e reconstrução do conhecimento, introduz a perspectiva de que a conversa interpessoal constrói um elo de troca de informações/saberes entre a população e os futuros gestores em saúde.

A Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde², Portaria n. 1.820 GM/MS, de 13 de agosto de 2009, foi construída com base na Lei 8.080/90³, na Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão da Saúde, de 2003 e na Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do SUS⁴, de 2007.

Almeja-se, com a apresentação dessa experiência acadêmica, colaborar com o processo de defesa do direito em saúde e da formação de profissionais comprometidos com esse direito fundamental. Pretende-se, também, demonstrar a necessidade de que sejam construídas iniciativas para mudança na formação em saúde que valorizem o diálogo e a aproximação do futuro gestor e demais profissionais da área com a realidade da população, de forma a contribuir para a superação dos atuais entraves da saúde, que, consensualmente, são atribuídos aos problemas de gestão.

O relato está dividido em dois momentos, o primeiro apresenta o diálogo com a população e o segundo aborda o diálogo com os futuros profissionais de saúde.

2. Metodologia

Partindo da necessidade de criação de um processo dialógico eficaz sobre a política de saúde e o exercício da cidadania entre comunidade e academia, foi criado o projeto Saúde com Cidadania: Construindo Saberes.

A equipe de trabalho envolvia enfermeiras docentes da Escola de Saúde da UFRN e os futuros profissionais dos cursos de Graduação Tecnológica em Gestão Hospitalar, Técnico em Enfermagem, Técnico de Vigilância em Saúde, os quais traziam experiências e conhecimentos provenientes de suas formações acadêmicas para enriquecer o diálogo e, na troca de experiências, construir as estratégias de educação.

Na primeira etapa do processo, foi realizado um evento de capacitação dos estudantes para planejamento das atividades educativas e preparo de material informativo. No segundo momento, os alunos expuseram a sua visão, sobre o que foi aprendido nas rodas de conversas sobre os diversos temas referentes à educação popular e atividades exitosas na área. Dessa maneira, planejamos as estratégias de ação do projeto.

As atividades do “Saúde com Cidadania: Construindo Saberes”, após autorização das instâncias envolvidas, foram realizadas nos anos de 2011 e 2012 em diferentes ambientes da UFRN, tais como: o serviço de ambulatório do hospital de clínica geral da UFRN, no qual ocorreu o maior número de práticas, e na Escola de Saúde da UFRN. Também, foram desenvolvidas ações no evento Ciência e Tecnologia e Cultura da UFRN – CIENTEC, que reúne atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O projeto estava voltado para a população em geral, sem restrições de idades, sexo ou gênero. Sua vasta faixa de interesse foi atribuída à importância dos diversos saberes e pontos de vista da população que independem de idade ou sexo.

3. Resultados

O projeto teve seus momentos divididos quanto ao ambiente e público a serem trabalhados. No âmbito hospitalar ambulatorial, nos turnos matutino e vespertino, foram realizadas atividades diárias com a população, obteve-se uma maior divulgação das informações do projeto. Nesse ambiente, o público era diverso, levando em consideração que os atendimentos ambulatoriais, apesar de divididos por área de atenção, independem em idade ou sexo, realidade que favoreceu o aprendizado estudantil por favorecer o contato com maior diversidade de opiniões, conhecimentos e vivências. O diálogo com os futuros profissionais ocorreu na Escola de Saúde da UFRN, por meio da participação em disciplinas para discutir o tema da cidadania em saúde e apresentar as atividades do projeto. Em todas essas ações, a apresentação da “Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários de Saúde” foi utilizada como estratégia de estímulo à discussão sobre a cidadania em saúde, conforme será apresentado a seguir.

3.1 Dialogando Com A População

O diálogo com a população foi provocado por meio de técnicas de conversas informais e descontraídas, a fim de diminuir os “abismos” impostos pela relação de “oprimido” e “opressor”, culturalmente, mantida na mente das pessoas, sob efeito dos “dominantes”, com o fim de controle social e manipulação de massa⁵.

As conversas aconteciam, individualmente ou em dupla, com a finalidade de tornar a conversa o mais descontraída possível, sugerindo que ela aconteça de forma natural, em que o usuário expunha a sua opinião, em forma de desabafo ou gratidão. Tais conversas eram subsidiadas com o uso do documento da Carta dos Direitos dos Usuários de Saúde, em forma ilustrada, de fácil compreensão, onde era inserido aos poucos, na conversa, a temática dos direitos e deveres dos cidadãos.

Os diálogos proporcionaram aos estudantes um maior conhecimento sobre as condições dos serviços, as dificuldades dos sistemas e, especialmente, sobre o sofrimento da população na busca por atendimento.

Uma constatação diária era o desconhecimento da população quanto à existência de um documento que estabelecia os seus direitos e deveres em saúde. Por isso, o interesse nas discussões era despertado, assim como, ficava clara a necessidade da disseminação da Carta na mídia, nos serviços de saúde e outros espaços sociais.

Ao perceber a fragilidade e necessidade de obter a visão completa do serviço, não só da vertente profissional, mas do ponto de vista do usuário, também, que é o maior contribuinte para que o sistema ocorra, o grupo passou a dizer que todas as conversas com os usuários, por mais curtas que parecessem, possuíam um valor, uma importância substancial para a nossa formação. A partir disto, o contato entre usuário e estudantes de gestão passou a ser compreendido como “caixinhas de sugestões” para que, no futuro profissional, sejam respeitadas as experiências exitosas no SUS e haja a valorização dos relatos de problemas e críticas quanto ao atendimento para a construção de soluções e produção de pesquisas na área.

Nos anos de 2011 e 2012, o projeto conquistou espaço na CIENTEC, principal evento para divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFRN. Nessas ocasiões, foram realizadas atividades para o público infantil, a partir de brincadeiras formuladas com base na Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde, tais como: “jogos da memória”, “Amarelinha da Saúde”, “Jogos de tabuleiro”, “perguntas e respostas”, além de um mural com os desenhos e pinturas realizados pela própria população infantil e adolescente.

3.2 Dialogando Com Os Futuros Profissionais

O diálogo com os estudantes da Universidade aconteceu por meio de participação em disciplina e eventos.

Foram realizadas atividades com dramaturgia e exposição dialogada na Escola de Saúde da UFRN, tendo em vista a necessidade de discutir a importância da problemática da cidadania em saúde atrelada aos temas da humanização, do cuidado integral e do acolhimento nos serviços de saúde. Essas discussões aconteceram nas disciplinas de “Semiotécnica em Enfermagem” do Curso Técnico em Enfermagem e Ética e Bioética do Curso de Graduação Tecnológica em Gestão Hospitalar, as quais são ofertadas no primeiro semestre dos referidos cursos.

Dessa forma, a partir da extensão universitária, os estudantes do projeto traziam para a sala de aula uma contribuição da vivência prática sobre o tema da cidadania em saúde, a qual era compartilhada com estudantes, que estavam adentrando na Universidade, sendo também uma forma de ressaltar a importância da extensão universitária e dos temas da Ética e Bioética para a formação profissional.

No ano de 2012, a UFRN, também, abriu espaço para o projeto na CIENTEC, evento para o qual foi elaborado um minicurso denominado “Direitos e Deveres em saúde: o que você conhece sobre isso?”, como forma de divulgar a Carta dos Direitos em Saúde para a comunidade e estudantes da Universidade, contudo, compareceram ao minicurso, unicamente, estudantes da área da saúde, sendo mais um ambiente para discussão com futuros profissionais da saúde.

4. Discussão

No projeto Saúde com Cidadania o aprendizado foi propiciado pelo diálogo, que permitiu o conjugar de conhecimentos específicos a fim de formar um saber interdisciplinar no campo da cidadania em saúde, uma vez que, a própria extensão

universitária é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade⁶.

O projeto contemplou espaço para a reflexão sobre as práticas de educação em saúde para a promoção da cidadania. Ações educativas nesse campo são promotoras de saúde, tendo em vista que, na educação em saúde, ocorrem combinações de experiências de aprendizagem, que facilitam a realização de ações voluntárias conducentes à saúde⁷.

Com o simples fato de informar a população sobre os seus direitos e deveres em saúde, não foi possível afirmar que os usuários passariam a ser atores sociais ativos, contudo, pôde-se constatar que a informação é substancial para a retirada da "venda nos olhos" da população. As práticas de diálogo sobre o SUS configuram-se como dispositivos de crítica social, que permitem "a visão de fragmentos, os quais estavam invisíveis e ideologias naturalizadas como realidades, favorecendo a liberação de pensamentos e de atos ativos de mudança social"^{4:15}.

Nesse sentido, as ações de educação em saúde, desenvolvidas no projeto de extensão, buscaram configurar-se como uma prática libertadora, partindo do pressuposto de que: "educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isso sabem que sabem algo e podem, assim, chegar a saber mais"^{1:25}. Portanto, não haveria aprendizado e estímulo à cidadania sem que as pessoas, envolvidas nos diálogos, demonstrassem abertura e interesse para trocar experiências e conhecimentos.

Na realização das ações educativas para o público infantil, houve o trabalho com atividades lúdicas e recreativas como dispositivos de aproximação e estímulo ao aprendizado, estratégia, também, implementada no projeto da Universidade do Vale do Itajaí, denominado Univale/Mulher, que tinha como um dos objetivos o diálogo com crianças e adolescentes sobre cidadania para contribuir na prevenção da violência contra a mulher⁸.

No projeto, houve o trabalho com estudantes da área da saúde, contudo, as ações de divulgação da Carta dos direitos e deveres devem ser inseridas na educação permanente em saúde, tal como foi realizada na experiência da Universidade Federal de Santa Catarina, que trabalhou com uma equipe de 480 agentes comunitários de saúde. Como resultado dessa ação, a equipe verificou os agentes comunitários passaram a atribuir ao seu discurso de promoção a temática dos direitos e deveres dos usuários, gerando uma diminuição dos problemas, relacionados ao não cumprimento das diretrizes da Carta⁹.

Como experiência favorável à consolidação do projeto, o "Saúde com Cidadania" permitiu o contato entre os participantes do projeto com os estudantes de graduação de outros cursos, através de disciplinas que possibilitaram a inclusão da temática da cidadania em saúde. Este caráter específico da relação entre os participantes e os demais estudantes é uma experiência única e diferenciada, pois, muitas vezes, não há um retorno para o ensino para compartilhar o aprendizado construído na extensão universitária.

5. Considerações Finais

O projeto "Saúde com Cidadania" utilizou a Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários da Saúde como dispositivo para subsidiar o contato entre os futuros profissionais e a população. Por meio dessa ação, contribuiu para o amadurecimento acadêmico dos alunos participantes e agregou conhecimentos específicos em cidadania para a sua

formação como estimuladores e disseminadores da Política Nacional de Humanização e da Carta dos Direitos e Deveres dos Usuários em Saúde.

Através do diálogo entre estudantes e usuários do SUS, houve o desenvolvimento de um novo olhar sobre o sistema de saúde e as suas características fundamentais. Dessa forma, foi possível vivenciar que a academia contribui para a criação de ferramentas inclusivas para a população expor o seu conhecimento e aprimorar a sua participação social para a promoção da saúde com cidadania. Ressalta-se, nesse sentido, que a comunidade e a academia são fundamentais para o desenvolvimento das ações do SUS como participantes do processo de tomada de decisão e controle das ações efetivadas.

Ao finalizar essa experiência, foi possível compreender que o ato de educar ocorreu de forma mútua e contínua, em que estudantes e população aprenderam mais sobre os direitos e deveres em saúde, havendo a valorização da sabedoria popular e da divulgação de dispositivos legais do SUS. Também, assim, houve o enriquecimento da formação estudantil com experiências, sentimentos e impressões a partir da extensão universitária, os quais puderam ser compartilhados com outros estudantes, possibilitando a vivência da intrínseca relação entre ensino e extensão.

Referências

1. Freire P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 34ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 2006.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS n. 1.820 de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 80, 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html. Acesso em 10.10. 2013.
3. Brasil. Diário Oficial da União. Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e das outras providências. Brasília, 1990.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Caderno de educação popular e saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.
5. Freire P. Pedagogia do Oprimido. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 1981.
6. Primeiro Encontro de Pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Brasília, 1987. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em 15.11.2013.
7. Candeias NM F. Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. Rev Saúde Públ 1997; 31(2): 209-13. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003489101997000200016&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 20.10. 2013.
8. Elsen I. Ensinando e aprendendo saúde e cidadania: um relato de experiência de extensão universitária do Projeto Univali /Mulher. Contrapontos 2008; 8(1): 103-10.

Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/939>. Acesso em 15.11.2013.

9.Lanzoni BMM. Direitos dos usuários da saúde: estratégias para empoderar agentes comunitários de saúde e comunidade. Rev Rene 2009; 10(4): 145-54. Disponível em: <http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/602>. Acesso em 10.11.2013.

Artigo Recebido: 26-05-2014
Aprovado para publicação: 04.05.2016

Caio César Lima Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte-RN
Endereço: Avenida Abel Cabral, nº 1397, Cond. Sírius, Bloco B – Apt 603. Nova Parnamirim,
Parnamirim-RN.
CEP: 59151-250 Parnamirim, RN – Brasil.
E-mail: caio_lima_22@hotmail.com
